

### 3

## Interpretação e construção

O que é a verdade histórica? Não é o que aconteceu, é o remanejamento do que aconteceu pela perspectiva do que será.

Jacques-Alain Miller, 1996a: 99

### 3.1

## Interpretação e sujeito

Ele interpreta o símbolo e eis que o sintoma, que o inscreve como letras de sofrimento na carne do sujeito, se apaga. Essa taumaturgia é chocante para nossos costumes.

Jacques Lacan, 1953: 307

É mais fácil dizer sobre a psicanálise o que ela não é, uma vez que aquilo que lhe é próprio é melhor captado pelas recusas de Freud<sup>30</sup>. Este localizou no próprio homem a causa do mal psíquico, vendo no sintoma a expressão de um conflito de pensamentos, onde uma rede suposta-coerente de pensamentos pelos quais cada homem se reconhece relega a um segundo plano – recalca – os pensamentos tachados de incompatíveis. A hipótese do inconsciente foi sustentada por Freud através da localização desses pensamentos no real, justamente ali onde, no sintoma, ao acesso de todos, encontra-se sua repetição em ato. As coisas sendo postas dessa forma, o tratamento tornou-se a busca desses pensamentos e a sua comunicação ao paciente.

Apesar de Freud haver inicialmente lançado mão da sugestão e da hipnose, a psicanálise surgiu somente quando Freud abandonou ambas. O sucesso relativo desses métodos dependem da relação que o paciente mantém com o analista, e faz com que nada se saiba da causa da doença – uma vez que a sugestão consiste somente em transmitir ordens ao paciente para que abandone o sintoma – nem que se elimine a resistência do paciente, que é justamente a barreira que permite o

---

<sup>30</sup> “A originalidade do método é feita dos meios de que ele se priva” (LACAN, 1953b: 258).

estado de coisas da doença. O acesso aos pensamentos inconscientes passa por enfrentar a resistência, e para isso o paciente deve permanecer consciente.

Foi então que Freud pôs seus pacientes a falar sobre seus sintomas, ou os sintomas a falar sobre seus pacientes, afastando-se do modelo adotado por outras propostas terapêuticas que tomam o sintoma como algo a ser descartado sem dialética. A psicanálise transmuta o erro em verdade (LACAN, 1955: 410), buscando-a em expressões humanas desvalidas – sonhos, lapsos, esquecimentos, *etc.* –, em detrimento de lugares mais nobres e acessáveis através da elevação do espírito<sup>31</sup>. O relato do paciente sobre seu sintoma, desvalido até Freud, foi igualado em estrutura ao do sonho e o método interpretativo pôde servir igualmente a ambos<sup>32</sup>. Não é coincidência então que o dispositivo analítico proporcione todas as condições para que o paciente se encontre em estado semelhante ao que acontecem os sonhos: atenção externa diminuída – diminuição do *input* perceptivo – e imobilidade intrínseca ao decúbito dorsal; o paciente assim relativamente isolado do “exterior” volta-se para seu “interior”, para seus pensamentos (MILLER, 2005d: 240-244).

Assim como os relatos, os sonhos apresentam uma resistência implícita, uma censura – pensou Freud; tomando-o como uma linguagem cifrada, pode-se ultrapassar o seu aspecto absurdo pela assunção de um pensamento latente alcançável pelo método<sup>33</sup>. Para vencer a resistência intrínseca ao relato e ao sonho Freud diz que, no dispositivo analítico:

“É necessário insistir explicitamente para que [o paciente] renuncie a qualquer crítica aos pensamentos que perceber. Dizemos-lhe, portanto, que o êxito da psicanálise depende de ele notar e relatar o que quer que lhe venha à cabeça, e de não cair no erro, por exemplo, de suprimir um ideia por parecer-lhe sem importância ou irrelevante, ou por lhe parecer destituída de sentido” (1900: 136).

A isso chamou de *associação livre*, e através dela obtém-se o relato do paciente sobre o qual incidem as interpretações do analista.

<sup>31</sup> “Onde, afinal, se teria podido buscá-la antes, já que o emblema não ajuda a indicar o poço, lugar inconveniente e mal cheiroso, em vez do escrínio onde toda forma preciosa deve conservar-se intacta” (LACAN, 1955: 409).

<sup>32</sup> “Faltava então apenas um pequeno passo para se tratar o próprio sonho como um sintoma e se aplicar aos sonhos o método de interpretação que fora elaborado para os sintomas” (FREUD, 1900: 135).

<sup>33</sup> “O sonho é um quebra-cabeça pictográfico desse tipo, e nossos antecessores no campo da interpretação dos sonhos cometeram o erro de tratar o rébus como uma composição pictórica, e como tal, ela lhes pareceu absurda e sem valor” (FREUD, 1900: 304).

Para alcançar o mesmo objetivo da associação livre de vencer a barreira do discurso coerente que o paciente tenta vender – inconscientemente –, “o que devemos tomar como objeto de nossa atenção não é o sonho como um todo, mas partes separadas de seu conteúdo” (*Ibid.*: 138). A interpretação não se dá “em massa” mas “nos detalhes”, os elementos não têm valor em si, mas em relação ao que evocam no paciente e em relação ao posicionamento que ocupam em relação aos outros elementos, o que resumimos dizendo que eles são tomados como significantes e que por isso respondem à sua lógica combinatória – que apresentamos no capítulo 1. A via tomada por Freud nega assim a pertinência de um “dicionário dos sonhos”<sup>34</sup>, uma vez que ele implicaria em que os elementos dos sonhos tivessem valor por si – que eles fossem aí símbolos ou signos. Isso não é dizer que duas ou mais pessoas não possam traduzir da mesma forma um elemento comum que apareça em seus sonhos ou relatos, mas sim que não se deve deduzir daí que a psicanálise erra em não considera-lo símbolo ou signo. Para esta, o que há aí é *simbolização*, ou seja, o compartilhamento de um significado estável dado por uma cultura a determinados significantes, *a posteriori* – nunca *a priori*.

Tomar os elementos do sonho e do relato como significantes torna inevitável que na psicanálise o analista e o intérprete não coincidam de forma unívoca (AMP, 1996: 25) uma vez que parte do trabalho é realizado pelo paciente: “se colocar diante dele o sonho fracionado, ele [...] dará uma série de associações para cada fração” (FREUD, 1900: 138). Uma técnica “que encarrega o próprio sonhador do trabalho de interpretação” (*Ibid.*: 133) veda também que o analista exerça o poder designado pela estrutura do dispositivo ao lugar de valor dissimétrico que ele ali ocupa: o lugar do senhor, em oposição ao do escravo (MILLER, 1992a: 184). Não é agindo como senhor que ele conduz uma psicanálise: ele tem um poder, mas é recusando-o que ele possibilita o tratamento psicanalítico. É negando-se a conduzir a fala do paciente que o analista possibilita a essa fala mostrar a sua lógica (*Ibid.*: 182).

É importante marcar a especificidade da psicanálise nesse ponto. A decisão de não ação é encenada por Freud como uma romance da aquisição e controle do fogo pelo homem (FREUD, 1932[1931]). Ele descreve como foi vital

---

<sup>34</sup> Freud também não concorda com a interpretação simbólica dos sonhos (FREUD, 1900: 132).

para o controle do fogo não a utilização de seu “adversário natural” – a micção, no caso – mas sim o seu “represamento” (VIEIRA, 2005: 99), a sua renúncia. Assim como este homem primitivo, o analista procede não pelo sufocamento do sintoma, mas, ao contrário, pela sua manutenção no dispositivo através da fala, que permitirá que se faça algo com ele através de um trabalho realizado *in praesentia*. Esse “adoecimento” na análise Freud chamou de *neurose de transferência*<sup>35</sup>, instauração necessária através da qual o paciente supõe no analista o saber sobre o seu sintoma – um amor dirigido ao analista como alguém detentor de um saber (LACAN, 1960-61: 262).

Mesmo na fase pré-psicanalítica Freud já falava dessa participação conjunta na interpretação:

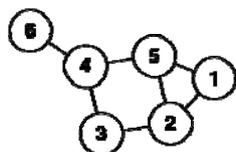
Nesse ponto, em geral temos de nos prevenir contra duas coisas. Se interferirmos com o paciente em sua reprodução das ideias que nele estão jorrando, poderemos “enterrar” coisas que depois terão de ser liberadas com grande dificuldade. Por outro lado, não devemos superestimar a “inteligência” inconsciente do paciente e deixar a cargo dela a direção de todo o trabalho. Se eu quisesse fornecer um quadro diagramático de nosso modo de operação, diria talvez que nós mesmos empreendemos a abertura das camadas internas, avançando *radialmente*, enquanto o paciente cuida da extensão *periférica* do trabalho (FREUD, 1893-1895: 304).

Mas, como se guiar no relato, uma vez que no inconsciente não há nada que indique a realidade, sendo impossível no relato distinguir a verdade da ficção investida de afeto (FREUD, 1897: 310)? O analista pode perceber que o discurso do paciente, aquilo que ele externou facilmente, é dotado de lacunas e imperfeições, e está autorizado a ir buscar ali os “fios de ligação” que são os pensamentos inconscientes (FREUD, 1893-1895: 304). A linguagem utilizada por Freud, a da aproximação do núcleo patógeno da doença por “perfuração” de camadas, não deve nos iludir quanto à natureza do inconsciente. O único material arrancado do paciente pela interpretação – no recorte dela que fazemos – são palavras, palavras ligadas por um elo associativo e que vão, ao longo do tratamento, desenhando uma figura que a matemática conhece por *grafo* ou

---

<sup>35</sup> “[...] o estado de enfermidade do paciente não pode cessar com o início de sua análise, e que devemos tratar sua doença não como um acontecimento do passado, mas como uma força atual. Este estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo de alcance do tratamento e, enquanto o paciente o experimenta como algo real e contemporâneo, temos de fazer sobre ele nosso trabalho terapêutico que consiste, em grande parte, em remonta-lo ao passado” (FREUD, 1914a: 167)

*rede*<sup>36</sup>, e que é redutível às duas dimensões de uma superfície – sem profundidade, portanto.



Resta definir qual o correlato de “avançar radialmente” estando em uma superfície. Perder a esfera é perder-se na orientação analítica? Absolutamente não.

Em um de seus artigos metapsicológicos Freud (1915: 191) afirma que no inconsciente não há lugar para a contradição mútua de tendências de finalidades incompatíveis, que ele não conhece o “não”. Ele exemplifica esse fenômeno com palavras de determinadas línguas que parecem combinar significados contrários, assumir o significado ao mesmo tempo de uma coisa e de seu oposto: a língua egípcia possuía a mesma palavra para significar “forte” e “fraco” (1910: 161-162).

Milner (2003) sublinha que o importante nesse mecanismo não é a *inversão* – o fato de que uma palavra englobe o significado de seu contrário –, mas, sim, a *indiferenciação* (*Gegensinn*) que isso acarreta: *a indecidibilidade quanto à sua significação*. Se para Benveniste dois objetos linguísticos indiscerníveis por sua propriedade de língua devem ser contados como distintos (*Ibid.*, 80) é porque ele não segue o princípio que diz que se as propriedades do ser linguístico – a forma fônica (som) e o sentido – não permitem discernir as unidades, então deve-se considerar que há somente uma (*Ibid.*, 81). Para a psicanálise, nesse caso há apenas uma unidade e uma indecidibilidade – e um recalque do inconsciente por Benveniste<sup>37</sup>.

O problema quanto à decisão sobre o significado de um elemento, ou sobre a interpretação, é apontado por Freud bem claramente nesta passagem:

Ao se interpretar qualquer elemento onírico, é em geral duvidoso:

(a) se ele deve ser tomado num sentido positivo ou negativo (como uma relação

<sup>36</sup> “Chamaremos de grafo ou rede o ternário *vértice, aresta e função*, tal que a cada aresta lhe correspondam dois vértices assim como a função específica que [pela qual] estes estejam unidos” (EIDELSZTEIN, 1992: 130).

<sup>37</sup> O que é sugerido pelo título do capítulo “Sentidos opostos e nomes indiscerníveis: K. Abel recalcado por Benveniste” (*Ibid.*: 65). Karl Abel é o filólogo do qual Freud recolhe as descobertas sobre a indecidibilidade nas línguas.

- antitética),  
 (b) se deve ser interpretado historicamente (como uma lembrança),  
 (c) se deve ser interpretado simbolicamente, ou  
 (d) se sua interpretação deve depender de seu enunciado (FREUD, 1900: 373).

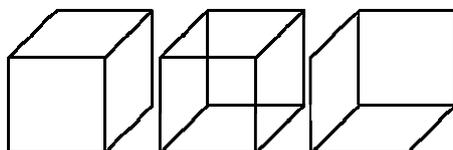
O quadro montado a partir dessas informações é que o sonho e o relato são reduzidos a elementos mínimos: o pensamento inconsciente final a ser liberado ou o desejo do sonho, e o que é relatado na forma de palavras ou o que é descrito do sonho. O problema é que esses elementos – esses uns – não se correspondem: pela condensação, um elemento do sonho encerra vários; e, pelo deslocamento, um elemento valioso pode se travestir de desvalido e *vice-versa* (MILNER, 2003: 70).

Essa não correspondência não implica de modo algum que fique abolida a ideia de que há o Um, pois é essa ficção mesma que move a interpretação, sendo o seu alfa e seu ômega (*Ibid.*: 71):

Contudo, apesar de toda essa ambiguidade, é lícito dizer que as produções do trabalho do sonho, que, convém lembrar, *não são feitas com a intenção de serem entendidas*, não apresentam a seus tradutores maior dificuldade do que as antigas inscrições hieroglíficas àqueles que procuram lê-las (FREUD, 1900: 373).

Então, “enquanto o trabalho do sonho consiste somente em projetar sobre um plano único, denominado representação do sonho, pacotes de Uns múltiplos e sem correspondências” (MILNER, 2003: 70), o poder depositado no dispositivo sustenta a crença de que, seguindo a trilha apontada por cada elemento de significado indecidível, será encontrada a verdade que devolverá a compreensão de todo o texto e liberará o paciente definitivamente de seu sintoma. Faz parte da coisa acreditar que o significado é indecidível *somente por um instante*.

Como vimos, mais do que uma profundidade, o inconsciente é a “qualidade” de um elemento. Não estamos mais perdidos: um elemento é inconsciente quando não conseguimos decidir o seu significado, tal como no caso do cubo de Necker: a figura central é dúbia, e fica-se entre escolher, tomando-a como um cubo, se este está como visto de cima e pela direita (o da esquerda) ou por baixo e pela esquerda (o da direita).



Esse efeito de ilusão imaginária ilustra a vacilação diante de um significante que localiza o inconsciente (SKRIABINE, 1997: 94)<sup>38</sup>. Em um discurso coerente – sobre o sonho ou o sintoma –, a vacilação surge questionando a ligação entre dois significantes, ligação que fixava seus significados e produzia um sentido que por sua vez a realimentava:

$$S_1 \rightarrow S_2 \Rightarrow S_1 // S_2$$

Mesmo que devendo ser realizada com delicadeza, toda interpretação é desrespeitosa com aquele senhor que, na fala do paciente, comanda a repetição (MILLER, 2000b: 50). A interpretação assume a estrutura de um “você o disse” (MILLER, 2005b: 39) e, assim, a de um corte: se o paciente diz “se  $S_1$  então  $S_2$ ”, a interpretação deve fazer cair o “então” no seu colo, abrindo as várias possibilidades para o “se  $S_1$  ...”. Ela propicia o paciente escutar os fonemas que emitiu, desmentindo ou tomando distância daquilo que disse (*Ibid.*: 40). A verdade mora ali na fresta do discurso, em suas arestas:

Quer fujais de mim no embuste, quer penseis apanhar-me no erro, junto-me a vós no equívoco contra o qual não tendes refúgio. Ali onde a fala mais cautelosa exhibe um ligeiro tropeço, é para com sua perfídia que ela falta, divulgo-o agora, e daqui em diante não será nada fácil agir como nada houvesse [...]. (LACAN, 1955: 411)

Coube a Lacan então questionar o tempo fixo das sessões analíticas, uma vez que o final da sessão é ele mesmo um corte: se o analista deve renunciar ao poder de intervir como senhor em uma análise, esta sua não ação encontra um limite entretanto no dever mesmo de decidir o momento oportuno da interpretação, tendo como base puramente o desenvolvimento lógico interno do discurso do paciente e não o tempo cronológico como uma determinação externa (*Ibid.*: 314). Desconsiderar esse detalhe é correr o risco de se mutilar o discurso

<sup>38</sup> Efeito igual é obtido pelo artista gráfico holandês Maurits Cornelis Escher através de suas xilogravuras, litografias, *etc.*; Escher foi um especialista em representar construções impossíveis, explorar a infinitude e padrões entrecruzados que se metamorfoseiam em formas completamente diferentes (ladrilhamento). Sobre sua obra, disse: “Talvez eu esteja sempre em busca do espantoso”. Pudemos apreciar seu trabalho na exposição “O Mundo Mágico de Escher”, que visitou o Centro Cultural do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, entre os dias 17 de janeiro e 27 de março de 2011. A frase citada encontra-se no Catálogo da exposição.

do paciente após cinquenta minutos, com suas consequências para o tratamento<sup>39</sup>.

Se a interpretação “abre, na fala, um espaço novo” (MILLER, 2005b: 40), ela abre um espaço e isso é cavar um vazio: já podemos então dizer que *a interpretação visa a produção do sujeito do inconsciente (\$) assim como definido no Capítulo 1*. Nas palavras de Lacan: “esta é a responsabilidade do analista, sempre que ele intervém pela fala: reconhecer o paciente como sujeito” (LACAN, 1953/1998: 301). Esse vazio é o lugar que sustenta “a propriedade que tem a fala de fazer ouvir o que ela não diz” (LACAN, 1953b: 269), lugar onde se inscreverá o material significativo da resposta do paciente, na mesma ou em outra sessão.

O surgimento disso que ela não diz em forma de novas associações e lembranças confirmam a interpretação *a posteriori*, o seu sucesso. Interpretar, decifrar, sempre será produzir mais enigmas que deverão ser, a sua vez, interpretados e decifrados (BASSOLS, 2001: 13), infinitamente. Freud apontou a inesgotabilidade dos sonhos quanto à interpretação, orientando os analistas a porem de lado a análise de um sonho tão logo surja novo material, cuja análise não deve ser então negligenciada (FREUD, 1911: 101-103). Essa inesgotabilidade não se dá só pela limitação de tempo da sessão:

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade; é que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio. (FREUD, 1900: 556-557)

Temos assim, no umbigo do sonho, um ponto de interrogação quanto ao significado que leva a marca do sujeito do inconsciente. O desejo, localizado no umbigo, é a figura mesma do sujeito que, surgindo na hiância produzida pela equivocação de uma identificação – uma alienação –, permite que um significativo peça sempre outro em seu auxílio no estabelecimento de nova significação em busca da verdade final, que sempre escapa:

---

<sup>39</sup> “A indiferença com que o corte do timing interrompe os momentos de pressa no sujeito pode ser fatal para a conclusão rumo à qual se precipitava seu discurso” (LACAN, 1953: 315).

Entrai na liça ao meu chamado e gritai à minha voz. Ei-vos já perdidos, eu me desdigo, desafio-vos, esquivo-me: dizeis que me defendo (LACAN, 1955: 412).

Deixa, porém, como rastro, um vazio.

Pegamos um exemplo de interpretação de Bassols (2001: 15-16), quando este recebe um menino após conversar com sua mãe. Como na Espanha é raro a mulher utilizar o sobrenome do marido, quando o menino se apresenta o analista pergunta do porque dele utilizar o sobrenome da mãe, o mesmo que esta havia utilizado em seu encontro com o analista. Havia um detalhe no entanto ignorado pelo analista: o sobrenome do pai e o sobrenome de solteiro da mãe eram os mesmos e então o menino os carregava duplamente: algo como se chamar “José Silva Silva”. O menino responde: “é que meu pai se chama como minha mãe... e é por isso que me chamo como ela”.

A pergunta funcionou como interpretação, esta mesma um duplo mal entendido: tanto para o menino quanto para o próprio analista. Se o segundo conhecesse a história familiar talvez ele não tivesse feito a pergunta que possibilitou surgir na análise, e para o paciente, a indecidibilidade quanto aos sobrenomes, que são ao mesmo tempo iguais (materialmente) e diferentes (há o do pai e há o da mãe) – revelando uma propriedade típica do significante. “É que meu pai se chama como minha mãe...”: o significante do pai não é igual nem a si mesmo, pois, segundo a fala do menino, revela uma indecidibilidade no próprio pai quanto ao sobrenome que este utiliza ao se apresentar. O mal entendido fez “aparecer algo da verdade entretecida nele [significante], sabendo que essa verdade nunca poderá revelar-se de todo” (*Ibid.*: 14).

Dessa forma, a incompletude da interpretação é sua condição mesma, uma vez que uma interpretação que se pretenda completa – a qual o paciente a ela só reaja com um “é isso!” – não toma o paciente como sujeito: este modelo constitui bem mais o discurso do analista como aquele que sabe e que exerce o poder de dizê-lo ao paciente. A confirmação que a interpretação alcançou os seus objetivos é realizada *a posteriori* através da produção (direta) de mais lembranças ou associações, o que dá à interpretação a estrutura de metonímia: promovendo o relaxamento do sentido cristalizado do discurso do paciente, libera os elementos da fala para que se estes se apresentem como na combinatória matemática que

apresentamos no Capítulo 1, e que permite o surgimento das associações. Se a fórmula da metonímia foi dada por Lacan como sendo:

$$f(S...S') S \cong S (-) s$$

é porque o deslizamento significante (S...S') é que permite a instalação da falta-em-ser (\$) que sustenta o desejo e reenvia a significação “mais para a frente” (-s) (LACAN, 1957: 519). Caso contrário, o tratamento se vê ameaçado por insuficiência de material que é o seu motor.

A interpretação, então: questiona os sentidos pré-estabelecidos do discurso do paciente equivocando as ligações significantes que os suportam; instaura assim um vazio de significação e evidenciam um indecidibilidade momentânea quanto à significação desses significantes que faz com que novas associações sejam produzidas.

### 3.2

#### **Da interpretação à construção**

Não demorou realmente muito, após o desenvolvimento do método, para que Freud percebesse que a interpretação, se permitia o desfazimento de alguns fenômenos sintomáticos, no entanto não erradicava com facilidade a doença:

No decorrer dos anos, um sintoma pode alterar um de seus significados ou seu sentido principal, ou então o papel principal pode passar de um significado para outro. Há como que um traço conservador no caráter das neuroses: uma vez formado, se possível, o sintoma é preservado, mesmo que o pensamento inconsciente que nele encontrou expressão tenha perdido seu significado. (1905[1901]: 58)

Após vinte e cinco anos de psicanálise, porém, já se fazia sentir a infinitização da interpretação, a dificuldade de se erradicar o sintoma se transformando em dúvida quanto à sua possibilidade mesma:

Deve-se temer que nossa necessidade de encontrar uma ‘causa última’ simples e tangível da doença neurótica permaneça insatisfeita. A solução ideal, pela qual os médicos ainda anseiam, seria descobrir certo bacilo que pudesse ser isolado e cultivado numa cultura pura e que, quando injetado em alguém, invariavelmente

produzisse a mesma doença; ou, expressando-o de forma um tanto menos extravagante, demonstrar a existência de certas substâncias químicas cuja administração provocasse ou curasse neuroses específicas. Mas a probabilidade de uma solução dessa espécie parece pequena. (FREUD, 1926[1925]: 149)

A perseguição ferrenha de uma lembrança que viesse dar um sentido último para os sintomas foi notória no caso do Homem dos Lobos (FREUD, 1918[1914]: 31), mas não se mostrou promissora. Reconhece-se que a análise, quanto à interpretação, promove uma redução dos significantes a um conjunto pequeno (MILLER, 1998: 44), a um núcleo composto de fragmentos de lembranças, e também a insistência desses elementos na fala do paciente, na mesma medida em que ocorre uma aproximação em relação ao recalcado primário que se mostra assintótica.

Se Freud já tinha tido muito trabalho para manter a psicanálise em seus trilhos, esse estado de coisas não tardou para que se desse o descrédito com relação a um tratamento levado a cabo somente com palavras. Para os analistas dessa época, qualquer coisa valia mais do que o discurso do paciente, a observação do comportamento do paciente sendo valorizada em detrimento da escuta, na busca por algo que fosse mais real do que o discurso (MILLER, 2000a: 36). Lacan aponta também essa ilusão de se buscar a realidade do sujeito para além da linguagem, uma vez tomada esta como um muro (LACAN, 1953: 309). Se coube a ele retomar em seu momento a obra de Freud para alavancá-la foi para insistir que não há outro campo para a psicanálise que o da linguagem e que permanecer nele implica em não tomar o não dito nos furos do discurso “como pancadas desferidas atrás do muro”, como ruídos. Estes analistas da observação se posicionavam como mestres, como detentores do saber sobre o sintoma e suas intervenções levavam a marca da sugestão, não sendo por acaso que foram eles que promoveram a análise das resistências – resistências que eles mesmos promoviam: eles diziam sim, e o paciente, não (MILLER, 2000a: 37).

Mas como manter-se dentro da linguagem e avançar sobre o núcleo do sintoma? É uma questão de saber qual o fator na causação dos sintomas que pode ser responsável por essa infinitização. Freud, em suas Conferências introdutórias XXII (1917a) e XXIII (1917b) discorre sobre a evolução da função libidinal, tentando reunir em uma única fórmula os fatores em jogo no surgimento e na manutenção dos sintomas neuróticos. Afirma que uma vez vendo-se frustrada em

seu objetivo de obter satisfação, durante seu caminhar em direção a um suposto desenvolvimento genital completo, a libido se recolheria em pontos de “fixação”, aqueles onde ela já haveria investido e deixado ali um resto<sup>40</sup>.

Colocada a coisa dessa forma, podemos deixar de tratar com uma realidade libidinal complexa, que envolve combinações possíveis – no tempo – entre diferentes formas de investimento (organização libidinal) e de tipos de objeto investido (*Ibid.*: 345), para considerarmos apenas dois fatores. A fixação apresenta-se como fator interno, constitutivo, e a frustração como fator externo, ligado à experiência. Esses dois termos, segundo Freud, entram na causação da neurose como uma “série complementar” (*Ibid.*: 351), ou “série etiológica” (*Ibid.*: 352): quanto mais de um, menos de outro e *vice-versa*.

Entretanto podemos ler a série complementar de uma forma especial. Uma leitura fácil poderia levar-nos a considerar que esses fatores têm o mesmo peso ou que respondem por cinquenta por cento na causação. Da mesma forma, podemos aceitar o caráter “cronológico” da montagem, vendo a fixação como restos do passado ou como lugar ao qual se retorna, ou ainda pensar tratar-se aí de uma topologia onde o externo pudesse ser traduzido simplesmente como um “fora” objetivo.

A leitura lacaniana nos permite, ao contrário, eliminar essa cronologia simples e equacionar todos esses elementos no presente, localizando-os em uma estrutura em ação<sup>41</sup>. Assim, podemos substituir o “em-si frustrante” no mundo externo por uma “sensibilidade à frustração”, que dá à frustração um caráter ou um determinante subjetivo, que sublinhamos. Freud parece marcar que *o trauma ou o vivido traumático é menos objetivo, menos o acontecimento, e mais alguma coisa nesse acontecimento, alguma coisa que define-se a partir das fixações que cada um apresenta*. Então, sem negarmos a importância que possui na obra de Freud a realidade como externa, podemos dizer que *o trauma não é sem relação com as fixações*, assim como marcamos que o objeto *a* não é sem relação com a estrutura como feita de significantes, como uma conta-por-um.

<sup>40</sup> A fixação se dá nas “atividades e experiências da sexualidade infantil, nas tendências parciais abandonadas, nos objetos da infância que foram abandonados” (FREUD, 1917b: 363).

<sup>41</sup> A estrutura da forma como a apresentamos nos capítulos anteriores: uma conta-por-um e algo mais. Também: “Estrutura, portanto, é o que localiza uma experiência para o sujeito que ela inclui” (MILLER, 1996b: 11).

Isso corresponde a dizer que o real com o qual o homem lida não é a realidade, o que explicaria também o porque da psicanálise não ter assumido uma orientação que visaria a garantir, objetivamente, experiências suficientemente boas como um tratamento profilático (MILLER, 1994: 19). Se Freud afastou-a da tarefa de desenvolver uma sociologia do trauma é porque teria percebido que o trauma é estrutural e que não se pode evitar que se adoça. É o que depreendemos dos casos limite que relata:

Essas pessoas em consequência do singular desenvolvimento de sua libido, teriam adoecido de qualquer maneira, quaisquer que tivessem sido suas experiências e por mais que suas vidas tivessem sido protegidas. No outro limite [...] estão os casos que [...] deveriam supor tivessem certamente escapado de adoecer, se as suas vidas não os tivessem conduzido a essa ou àquela situação. (*Ibid.*: 350)

A eliminação do fator externo objetivo puro como causador dos sintomas é corroborado pela leitura de *Análise terminável e interminável* (FREUD, 1937a) realizada por Miller (1994). Freud coloca diferentes posições do eu com relação aos fatores de causação das neuroses. Para os externos e contingentes, o que há é uma decisão de fuga: nesse caso, uma análise pode encontrar um termo pela retomada dessa decisão e escolha de um novo caminho (*Ibid.*: 22). Mas, quando a causa é interna e constitucional, que ele localiza na pulsão, o eu se defende e, nesse trabalho, se deforma em virtude do fator quantitativo que não consegue dominar, dele dando cabo através da afirmação da existência da realidade desprazerosa mas também da sua inexistência, que permanece como um resto que justifica o não término das análises (*Ibid.*: 21).

A questão central aqui é que Miller coloca que “a neurose puramente traumática é uma ficção ideal” (*Idem*) e que o mau encontro é o encontro com o gozo, pelo que “os dois termos de traumatismo e pulsão não fazem mais do que um”. A pulsão é esse traumatismo inevitável e tomado como externo porém não objetivo, característica que confere com a “localização” um tanto paradoxal dada por Freud que, sem os recursos topológicos dos quais dispôs Lacan, a apresentou como um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, representante psíquico de estímulos percebidos como vindos de fora do psiquismo (FREUD, 1915b: 127).

### 3.3

#### Construção e objeto

A vida mora no intraduzível.  
Marcus André Vieira, 2009: 31.

Olhemos de perto o que Freud diz em *Construções em Análise* (1937b) ajudados pela leitura de Miller (MILLER, 1996a).

Se Freud lança mão da construção diante de uma lembrança que permanece inacessível, é importante notar de saída a dificuldade de se conciliar a diferença de natureza que há entre o recalco tomado como uma lembrança escondida e tomado como um resto pulsional. Esse é mesmo o paradoxo da construção, percebido já quando Freud diz que o psicanalista difere do arqueólogo em seu trabalho de reconstituição pois que no objeto que manipula tudo encontra-se preservado: “está tudo ali”, no inconsciente nada se perde (FREUD, 1937b: 277-278); e quando diz que, por outro lado, nem tudo pode retornar como lembrança:

O caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido (*Ibid.*: 284).

O analista completa aquilo que foi esquecido pelo paciente tomando como matéria-prima os fragmentos de lembrança recolhidos pelo método interpretativo. Freud comunicava esta construção aos pacientes (*Ibid.*: 276) e verificava o seu sucesso – como tudo na psicanálise – por seus efeitos, ou seja, *a posteriori*. Mas o assentimento dado pelo paciente à construção não é verificado através do “sim” ou “não” presentes em sua resposta (*Ibid.*: 280). Dado que no cálculo do analista está a resistência, nem a afirmação nem a negação conscientes podem ser tomadas como signos de que se fisgou o recalco<sup>42</sup>. Ou seja, não se trata de uma confirmação obtida por suas “elocuções diretas” mas uma que se atém mais ao que surge lateralmente na resposta, na forma de material produzido posteriormente pelo paciente e que se ajusta ao que foi construído.

---

<sup>42</sup> “Um ‘não’ provindo de uma pessoa em análise é tão ambíguo quanto um ‘sim’” (*Ibid.*: 281).

Esse descrédito pelo assentimento direto levou a psicanálise a ser acusada de arranjar as coisas para sempre ganhar, uma vez que independentemente da resposta do paciente, o analista está sempre certo. Ao contrário, sobre isso Miller lembra que são os pacientes que estão sempre errados em virtude da relação que a consciência mantém com o recalçado, e que, quanto às críticas:

Nós estamos muito longe da discussão com o professor sábio que pensa que tudo se passa entre os seres humanos em termos de debates: eu digo sim, eu digo não, é verdade, não é verdade. Aí, isso se passa no corpo: estar bem, estar mal, angustiado (MILLER, 1996a: 101).

Essa colocação nos informa que a verificação da construção leva em consideração um elemento de ordem distinta. Antes de desenvolvermos esse ponto, nos remetemos ao fato de que a construção produz no paciente a convicção segura da verdade do construído, com efeito equivalente à rememoração da lembrança (FREUD, 1937b: 284). O argumento de Freud contra a sugestão que pode se apontar aí é o que já damos ao conhecimento: o assentimento do sujeito não é retirado de sua “inteireza”, mas de sua divisão entre uma resposta direta e outra indireta (MILLER, 1996a: 98). Retornando ao trecho que comentávamos, percebe-se ali que a afirmação indireta evidencia um elemento de qualidade pulsional que foi mobilizado pela construção, capturado. Resta saber qual a relação que pode ter um substituto imperfeito com o recalçado do qual ele assume o mesmo valor.

O que apresentamos condiz com a definição de Lacan de que “*a interpretação [...] deve introduzir na sincronia do significante algo que subitamente torne possível a tradução*” (LACAN, 1953: 593), que torna inevitável que apontemos as diferenças que há com relação à utilização dos termos interpretação e construção por Freud e por Lacan. Assim, apesar de Lacan respeitar esse binário, há sim as construções do analista que se discutem em supervisão e que guiam o tratamento, mas que não são comunicadas aos pacientes; e há as que tratamos aqui, as que constituem tarefa, trabalho, e, sendo assim, são produto do paciente ou do dispositivo (MILLER, 1996a: 98). Por isso, em Lacan encontraremos esse binário fundido no termo geral interpretação.

Seguimos Vieira (2009) em seu comentário dessa definição quando diz que “talvez aqui fosse melhor, em lugar de falar em tradução ou interpretação,

usar o termo construção, como faria Freud” (*Ibid.*: 34). Fazendo a analogia entre o trabalho do analista e o do tradutor, aponta as diferenças nas línguas que fazem consistir o que há de impossível nas traduções, que chamamos de recalco. Sabemos como traduções literais ou as muito livres tem, cada uma, o seu preço. O emparelhamento de significantes, uma tradução pelo dicionário – do tipo mecânico que se obtém através de alguns sítios virtuais – não é nada interessante (*Ibid.*: 31). A que apela para neologismos, forçando a língua onde esta não encontra um bom equivalente, transmite um pouco mais de vitalidade, embora corra o risco de perder o contato com o texto original.

A construção permite que o paciente traduza o intraduzível de seu sintoma, permite que ele agarre sua singularidade concentrada ali, e isso passa não por dizer o indizível – o que envolveria a surpresa presente na interpretação – mas, continuando para sempre não dito, sua presença no entanto se transforma: a certeza de que o que foi construído carrega, encarna, a singularidade do sujeito (*Ibid.*: 33-34). E isso tem um efeito pacificador. Isso que é introduzido “ressoa” e situa *a posteriori* essa singularidade, ou seja, às lembranças é somada a certeza de que, ali, se é.

Se Freud, como vimos, concluiu que há sempre uma exigência pulsional ineliminável, a construção visa a que esta passe a ter valor lógico para o sujeito (AMP, 2005: 51). *O que a construção inclui – e diríamos com Badiou – como “parte” é esse elemento irracional que definimos como objeto a: incluído paradoxalmente como extraído.* A construção é assim formada com pelo menos alguma coisa que não é um elemento significante. O resto pulsional é recolhido, situado, em torno desse furo lógico equivalente à sua extração. Dessa forma, a presença angustiante do pulsional em *excesso* (em outros termos, a presença angustiante do objeto *a*), é reduzida até a sua inclusão lógica na vida do paciente (em outros termos: a extração do objeto). Essa aproximação é delicada uma vez que se trata de incluir aquilo que – como já vimos em vários momentos – é justamente o que ameaça a integridade do “texto” do paciente: como uma nota de rodapé que, em tensão com o texto, pode encarnar seu subterrâneo pulsante conferindo-lhe vida ou pode, quando utilizada indiscriminadamente utilizada em demasia, dissolver o texto em um incompreensível (*Ibid.*: 39).

Podemos dizer, com Lacan via Miller (1996a: 101-102), que a construção apresenta a estrutura da metáfora. Sua fórmula é dada por:

$$f\left(\frac{S'}{S}\right) S \cong S (+) s$$

E então é a substituição de um significante por outro (S por S') que permite que seja produzido um efeito de significação (+s) pela transposição da barra que funciona como resistência à essa produção (LACAN, 1957: 519). A leitura aqui é a de que o substituto é a construção (S') que, vindo no lugar da lembrança recalcada produz o efeito de certeza de que se agarrou alguma coisa. Essa coisa é o objeto a, que surge de forma retroativa como mostramos:



É dessa forma que então a voz singular do autor, uma das formas do objeto a (LACAN, 1962-63: 266ss), pode ser traduzida: o texto do eu a verá chegar e a ser nele incluída; só que, por sua natureza, ela cobra que isso se dê ao preço de um ângulo, o caminho enviesado que passa pelo analista (MILLER, 1996a: 106). Deduzimos daí que o analista, do ponto de vista da tradução, ocupa uma posição que deve sustentar, catalisar em torno de si, esse resto pulsional que é também motor da análise. Para isso ele deve:

cuidar para que o sofrimento do paciente, em um grau de um modo ou de outro efetivo, não acabe prematuramente. Se, devido ao fato de que os sintomas foram afastados e perderam o seu valor, seu sofrimento se atenua, devemos restabelecê-lo alhures, sob a forma de alguma privação apreciável; de outro modo, corremos o perigo de jamais conseguir senão melhoras insignificantes e transitórias. (FREUD, 1919[1918]: 176)

E, em sua relação com o médico:

o paciente deve ser deixado com desejos insatisfeitos em abundância. É conveniente negar-lhe precisamente aquelas satisfações que mais intensamente deseja e que mais importunamente expressa. (*Ibid.*: 178)

É assim que o analista não se propõe como um objeto-semelhante, mas como objeto *a*. Se ele não pode responder desde a posição de um objeto da fantasia do paciente, o analista é de certa forma um objeto traumático, a possibilidade da análise sendo “uma questão de saber que cota de libido não-utilizada a pessoa é capaz de manter em suspensão” (*Ibid.*: 376).

Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, ilustra bem o que está em jogo na construção, e por conseguinte na análise em seu término:

Agora tiro sua atenção para um ponto: e ouvindo o senhor concordará com o que, por mesmo eu não saber, não digo. Pois foi – que eu escrevi os outros versos, que eu achava, dos verdadeiros assuntos, meus e meus, todos sentidos por mim, de minha saudade e tristeza. Então? Mas esses, que na ocasião prezei, estão goros, remidos, em mim bem morreram, não deram cinza. Não me lembro de nenhum deles, nenhum. O que eu guardo no giro da memória é aquela madrugada dobrada inteira: os cavaleiros no sombrio amontoados, feito bichos e árvores, o refinim do orvalho, a estrela-d’alva, os grilinhos do campo, o pisar dos cavalos e a canção do Siruiz. Algum significado isso tem?” (ROSA, 2001: 137-138).

O efeito de novas descobertas permitido pelo acesso a novo material, que pode se traduzir no que se conseguiu avançar sobre o sintoma, é muito importante mas não é o crucial nem uma análise, não dão em cinza. O recorte da linguagem em significante e significado é uma abordagem parcial (MILLER, 1993a: 271), o efeito de verdade não é tudo “porquanto se trata de modificar o modo de gozar e não somente seu modo de entender” (*Ibid.*: 270). É com isso que gira em sua cabeça, esses restos, que Riobaldo jogaria a sua partida decisiva, se um dia visitasse um divã – quando poderia ver que eles fazem parte da vida “não como sua limitação, seu oponente inseparável, mas como sua própria substância” (VIEIRA, 1999: 46).

### 3.4

#### Interpretação ◊ construção

O trabalho até esse momento considerou uma divisão estanque entre interpretação e construção, que agora revisamos. Essa foi uma separação didática, lógica, realizada a partir da estrutura do enunciado do que se diz e de seus efeitos. Queremos agora mostrar que ao nível do enunciado puro essa relação é mais complexa, podendo-se mesmo dizer que as diferenças se anulam ou que trata-se,

na interpretação e na construção, de dois aspectos diferentes de uma mesma ação: assim como fizemos para o sujeito e o objeto a. A interpretação e a construção manteriam entre si a mesma relação quaternária.

Um motivo mais simples que revela a ficção de nossa escolha é o fato de que o próprio Freud diz que a construção é levada a cabo juntamente com a interpretação, não se caracterizando por ser um trabalho preliminar:

O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise [...] constrói um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado, até o fim (1937b: 279).

Dessa forma, colocar a interpretação como anterior à construção tem a sua lógica, mas há o fato de que as interpretações são guiadas pelas construções que o analista faz do caso, e também o de que as construções permitem a produção de novo material – o que por si só exige a relativização dessa nossa posição.

Mas o que introduz uma reviravolta na relação entre lembrança e construção é o fato de que toda lembrança carrega uma construção em seu interior – e porque não dizer: em seu “anterior”. Se olharmos mais de perto a estrutura em jogo na certeza provocada pela construção, veremos que trata-se de uma certeza antecipada, uma vez que esta está na origem mesma da construção materializada na inclusão do objeto – inclusão de uma extimidade. Dizer que é o paciente que constrói não muda isso em nada, uma vez que este antecipará a certeza em si mesmo:

O juízo assertivo manifesta-se aqui por uma ato. O pensamento moderno mostrou que todo juízo é essencialmente um ato [...]. O que constitui a singularidade do ato de concluir [...] é que ele se antecipa sua certeza, em razão da tensão temporal de que é subjetivamente carregado, e que, sob a condição dessa mesma antecipação, sua certeza se confirma numa precipitação lógica que determina a descarga dessa tensão (LACAN, 1945: 208-209).

A certeza da construção é anterior ao objeto que ela possibilita que surja como excluído, exclusão que confirma a certeza da construção: *a posteriori*. Insistimos então no ponto que já apresentamos no item anterior: a consequência do que foi dito é que esse objeto “não estava lá”, não é “desencavado”, é construído ao longo do tratamento mas dado num só golpe:

Não estamos na ordem do pouco a pouco, senão do de repente, da surpresa, que é a modalidade temporal da descontinuidade. Desde essa perspectiva, não há efetivamente nenhuma aprendizagem, nenhuma progressão senão um só grau, se pode dizer: o máximo, sem reserva e de imediato [...] não é “algo que se obtém por um desprendimento lento de um envoltório. Tampouco é uma indução, senão uma revelação (MILLER, 2010: 140).

O “ao longo” é o tempo envolvido no recolhimento das lembranças. Surpresa e repetição de enodam aqui: a primeira está ligada tanto ao momento de questionamento de um sentido cristalizado quanto à revelação final da certeza; a segunda está envolvida em que o que vai sendo obtido, o material sobre o qual trabalha as próximas intervenções, insiste e leva a marca do recalcado de ser algo “familiar”: “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro” (FREUD, 1905: 210).

Essa dimensão do *a posteriori* se opõe à ideia de uma inconsciente como memória onde tudo está escrito e definido e que basta ler, quando verificamos que verdade histórica não é suficiente para dar conta da lembrança, porque “a significação, a verdade do que aconteceu num ponto do passado depende de um fato que pertença a seu futuro. É a partir do futuro que um fato do passado recebe seu sentido” (MILLER, 1996a: 99). O recalcado é, ele mesmo, cernido pelo ato da construção.

Uma vez ficando patente que uma lembrança não é um traço bruto mas uma lembrança “trabalhada”, podemos definir a relação quaternária que essa mantém com a construção:

*Implicação recíproca.* Da infinitização intrínseca ao método interpretativo e da estrutura do tratamento analítico proposto por Freud, temos que lembranças alcançam seu limite em uma construção, no sentido de que se pelo menos uma lembrança não vem, as lembranças “pedem” uma construção. De forma que, para a psicanálise, a existência de lembranças implica necessariamente na existência de construções. (*lembranças* ➤ *construções*). Inversamente, não é possível construir sem tomar as lembranças como sua matéria-prima necessária, de modo que se há construções é por que há fragmentos de lembrança (*construções* ➤ *lembranças*).

*Conjunção-disjunção.* Vimos nos itens anteriores como a construção vale por uma lembrança que não vem, como ela é um substituto que a convicção faz assumir o valor do recalcado originário. A diferença entre lembrança e construção

vai mesmo tendendo a zero quanto mais nos aproximamos da verdade (MILLER, 1996a: 99), de maneira que há como dizer que há uma interseção entre elas (*construções*  $\wedge$  *lembranças*). O caso oposto é mais fácil, uma vez que é o mais intuitivo: lembrança e construção são incompatíveis na medida em que a revelação do aspecto construído de uma lembrança faz, pelo menos ao senso comum, que esta perca a sua estabilidade ou o seu valor para o sujeito, valor que é muito sustentado pela assunção de que a lembrança é uma verdade histórica (*construções*  $\vee$  *lembranças*).

A partir desse pensamento podemos exercitar e, pensando ainda na forma oposicional, tomar o recalcado como polo oposto: puro construto sem nenhum caráter de lembrança. Entendemos então o movimento da análise, uma vez que a evocação do recalcado permite que coisas emergjam com valor de lembrança ao mesmo tempo em que é revelado o caráter ficcional daquilo que já é tomado como lembrança.

Uma vez que as lembranças são produzidas pela interpretação da forma como a definimos, podemos escrever a relação entre a interpretação e a construção como sendo, finalmente: *interpretação*  $\diamond$  *construção*.

Assim sendo, tomadas em oposição, a interpretação e construção podem ser consideradas como dois aspectos de uma mesma intervenção. A primeira sustenta-se no analista como um sujeito que sabe sobre o sintoma (sujeito suposto saber), visa a instauração de um vazio de significação jogando contra o significado (metonímia) que relança sempre a verdade, confirma-se através da produção direta de novos significantes, e envolve a surpresa e a dúvida. A segunda, sustenta-se no analista como um objeto que catalisa e mantém um resto pulsional, instaura ou inclui algo que não é do campo da significação produzindo uma certeza (metáfora), e confirma-se indiretamente.

Tomadas como se relacionando quaternariamente, são todas essas coisas ao mesmo tempo e no mesmo lugar.